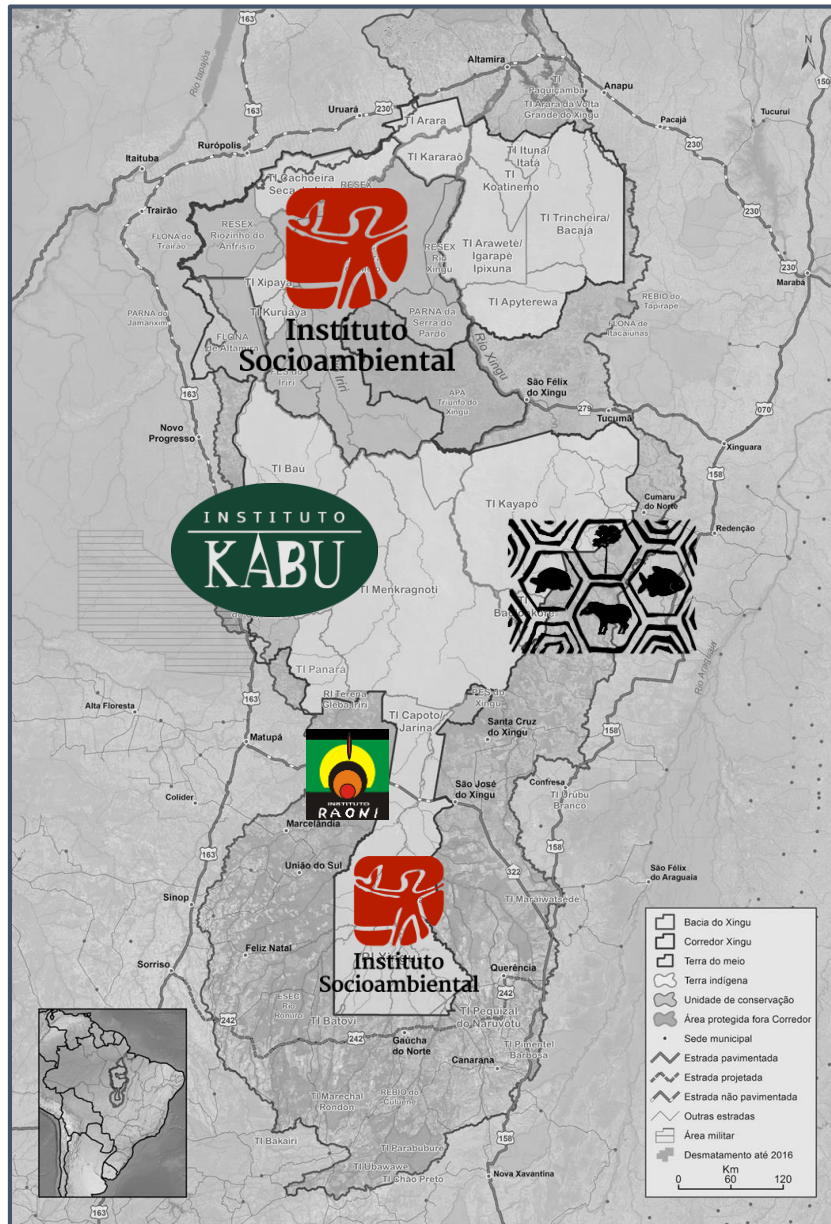


DE OLHO NO **XINGU**

MONITORAMENTO DE PRESSÕES E AMEAÇAS

Rede de monitoramento territorial do Xingu



Organizações na rede:

- Associação Floresta Protegida
- Instituto Kabu
- Instituto Socioambiental
- Instituto Raoni



Metodologia

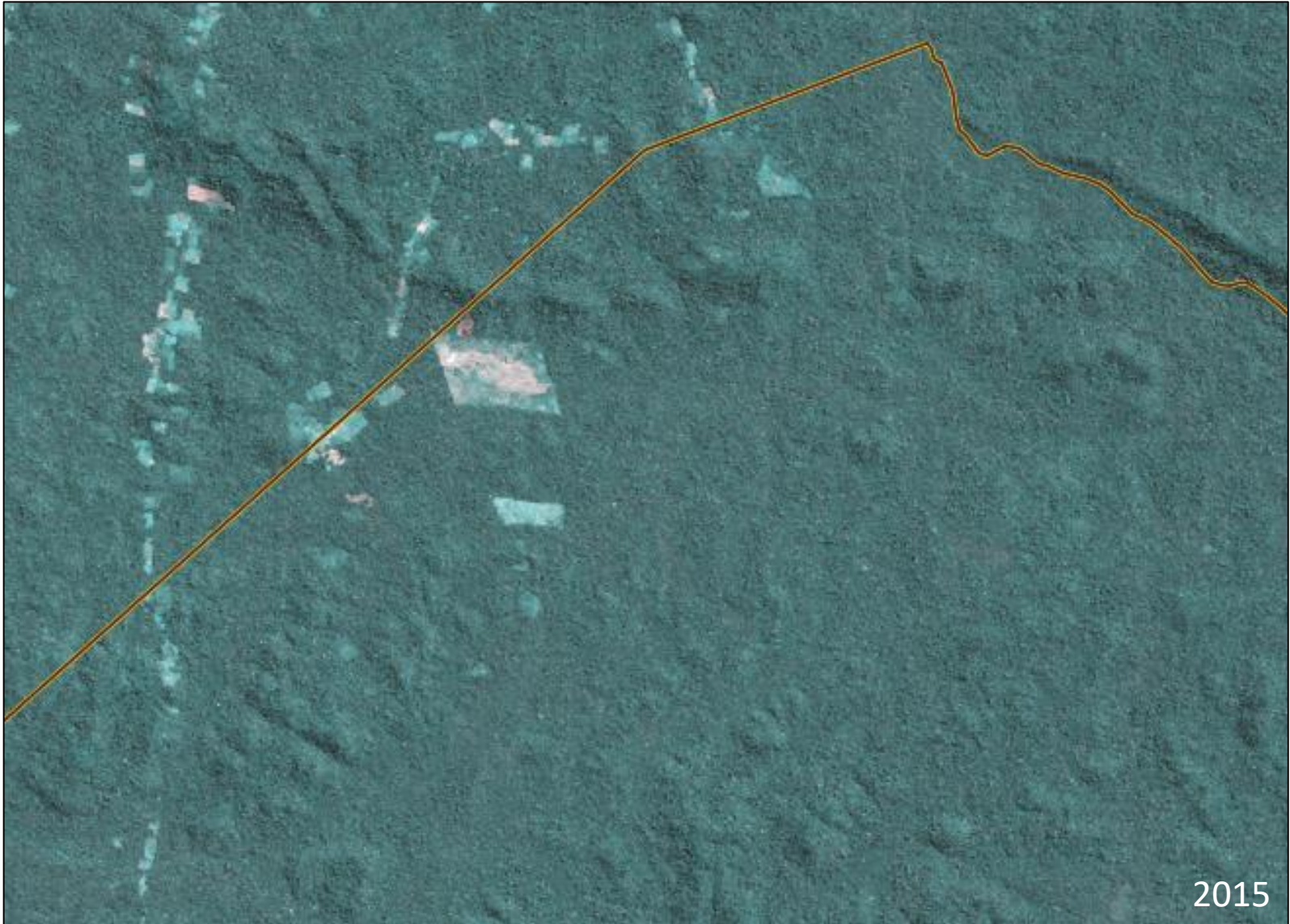
Quantificação de sinais de pressão:

1. Desmatamento (hectares)
2. Estradas abertas ilegalmente (quilômetros)
3. Área afetada por garimpo ativo (hectares)
4. Focos de calor (número)
5. Balsas de garimpo ativas
6. Quantidade de CAR cobrindo o território (ha)

Ano de referência: 2015

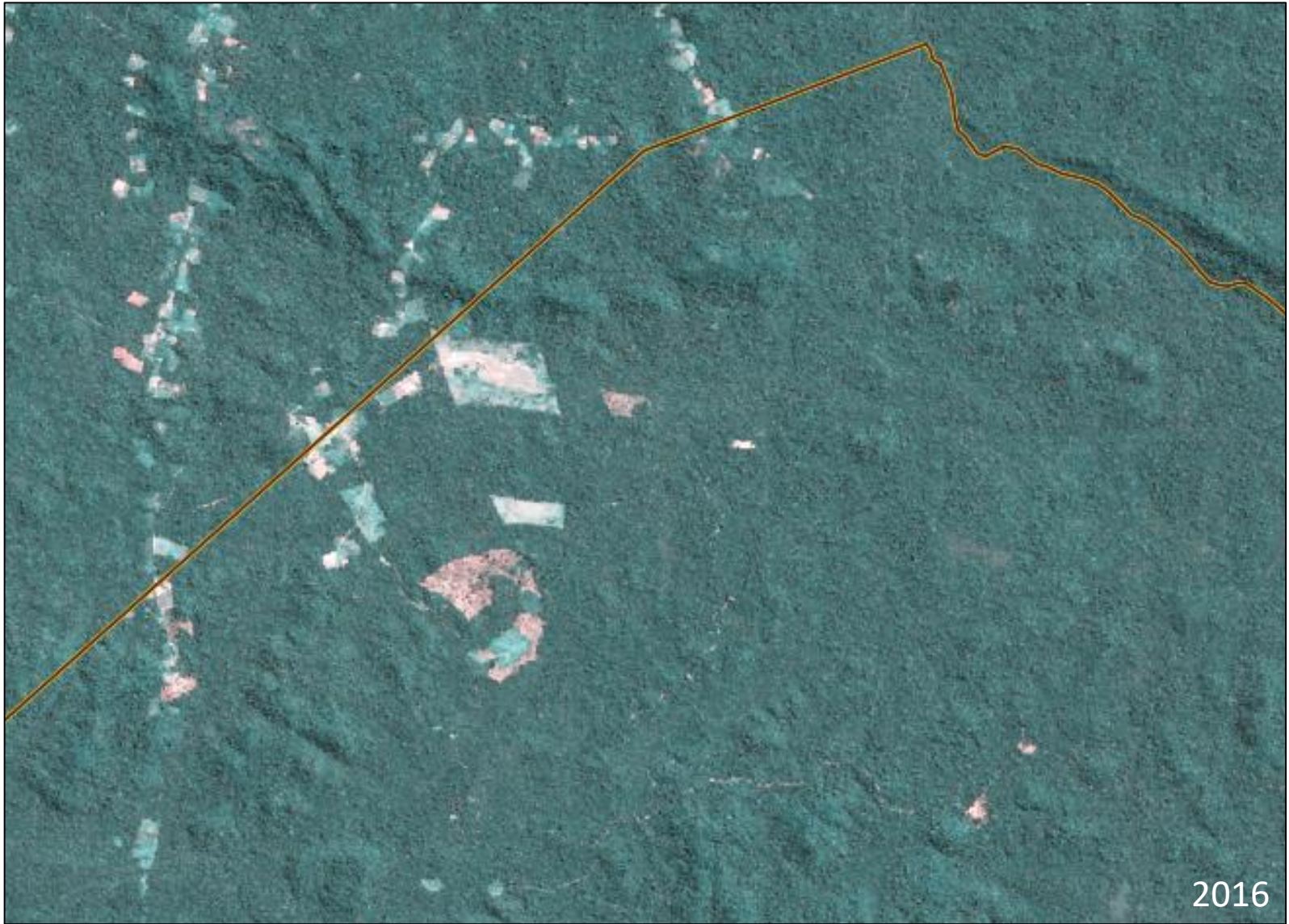
Acompanhamento em 2016 e 2017

Metodologia (estradas)

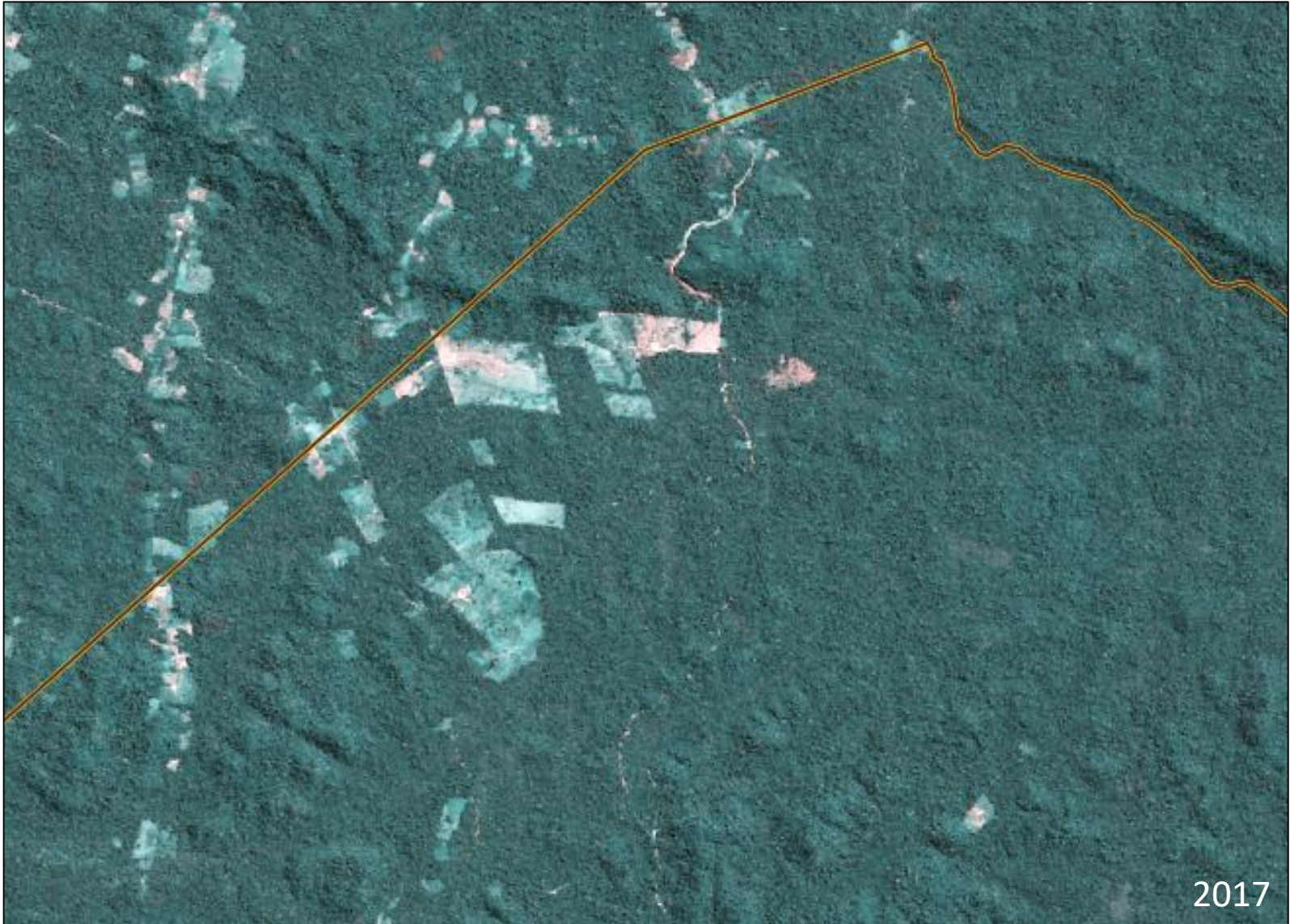


2015

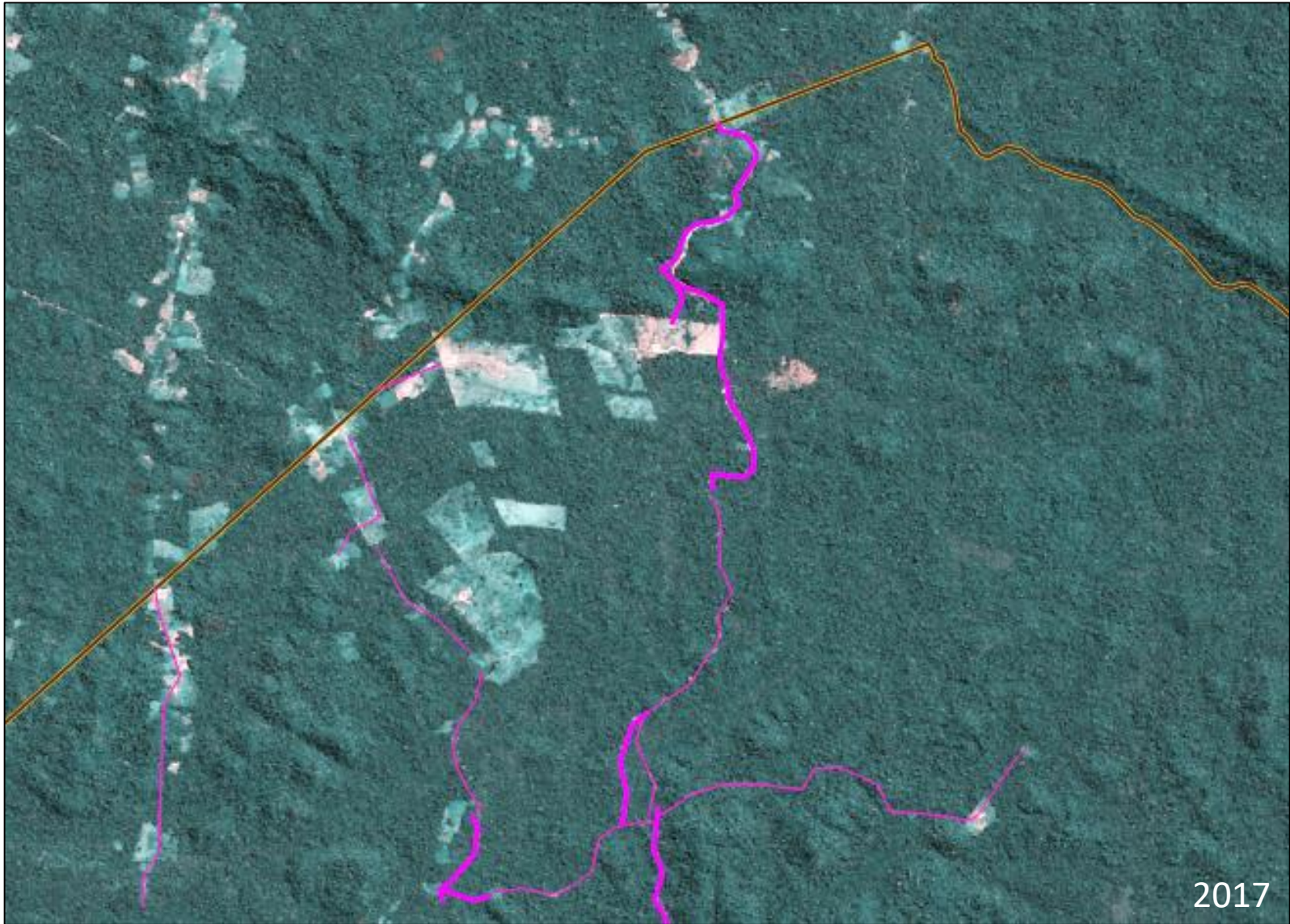
Metodologia (estradas)



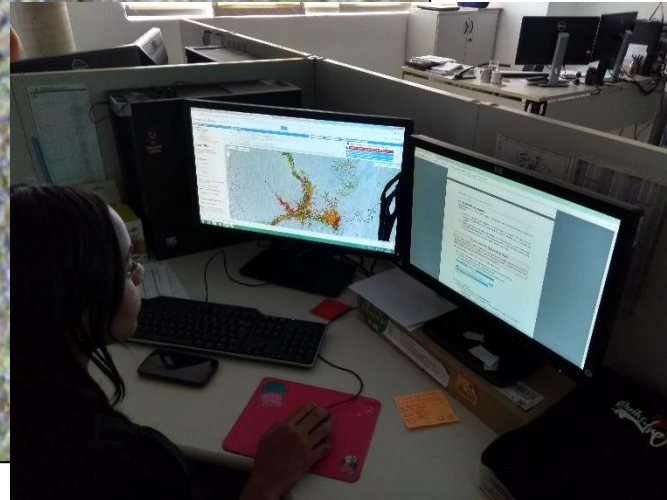
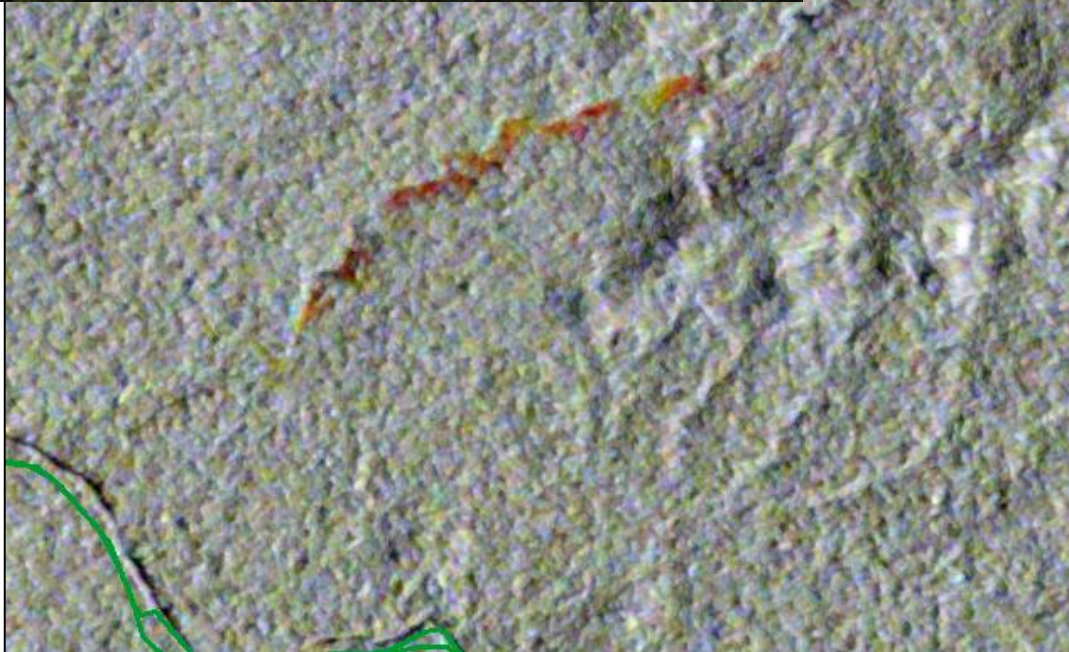
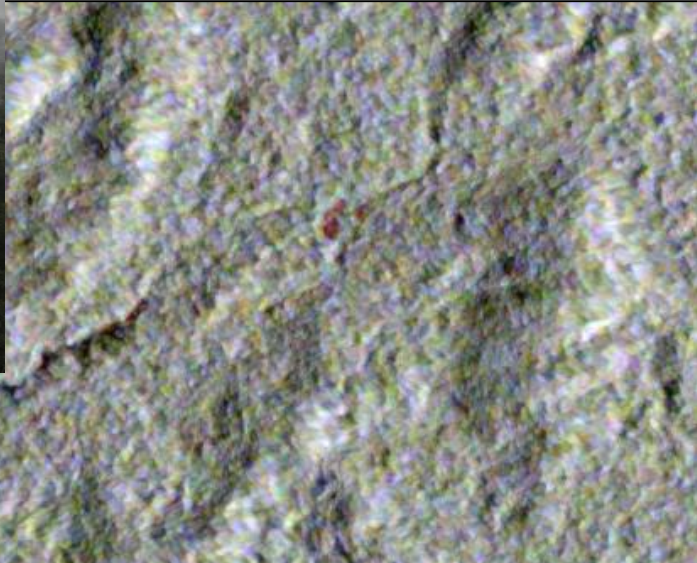
Metodologia (estradas)



Metodologia (estradas)



Metodologia: Vendo através das nuvens

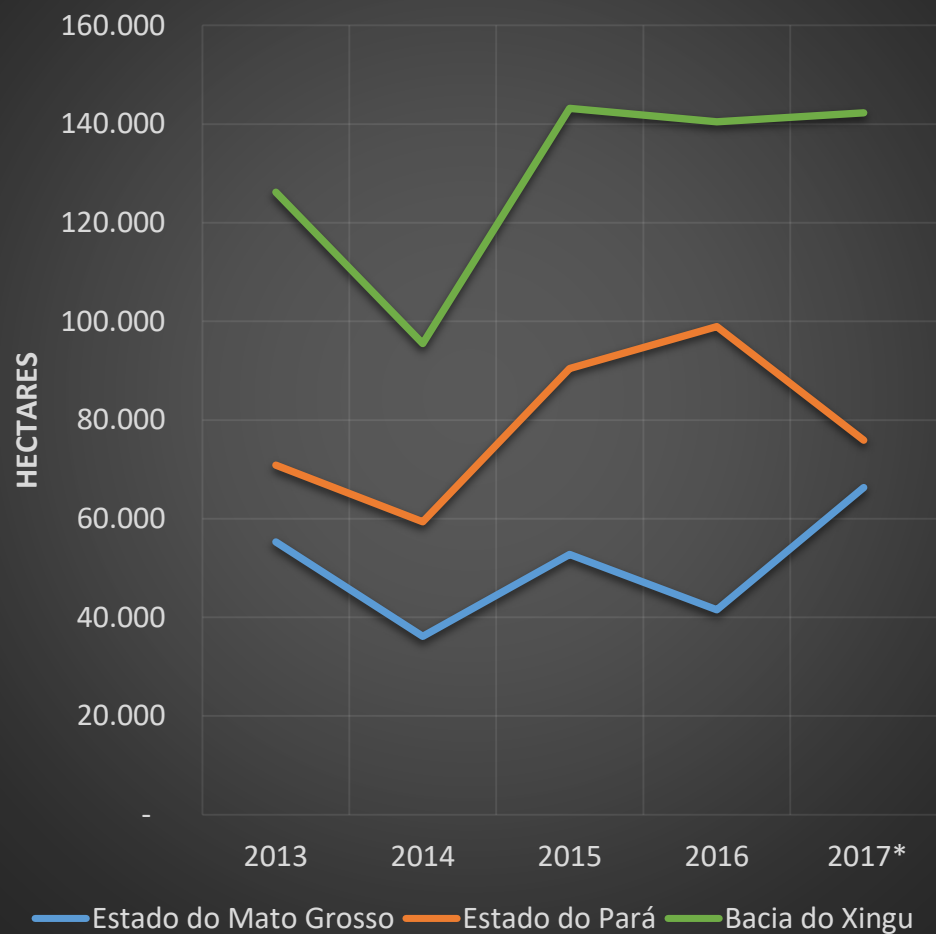


Metodologia: Vendo através das nuvens

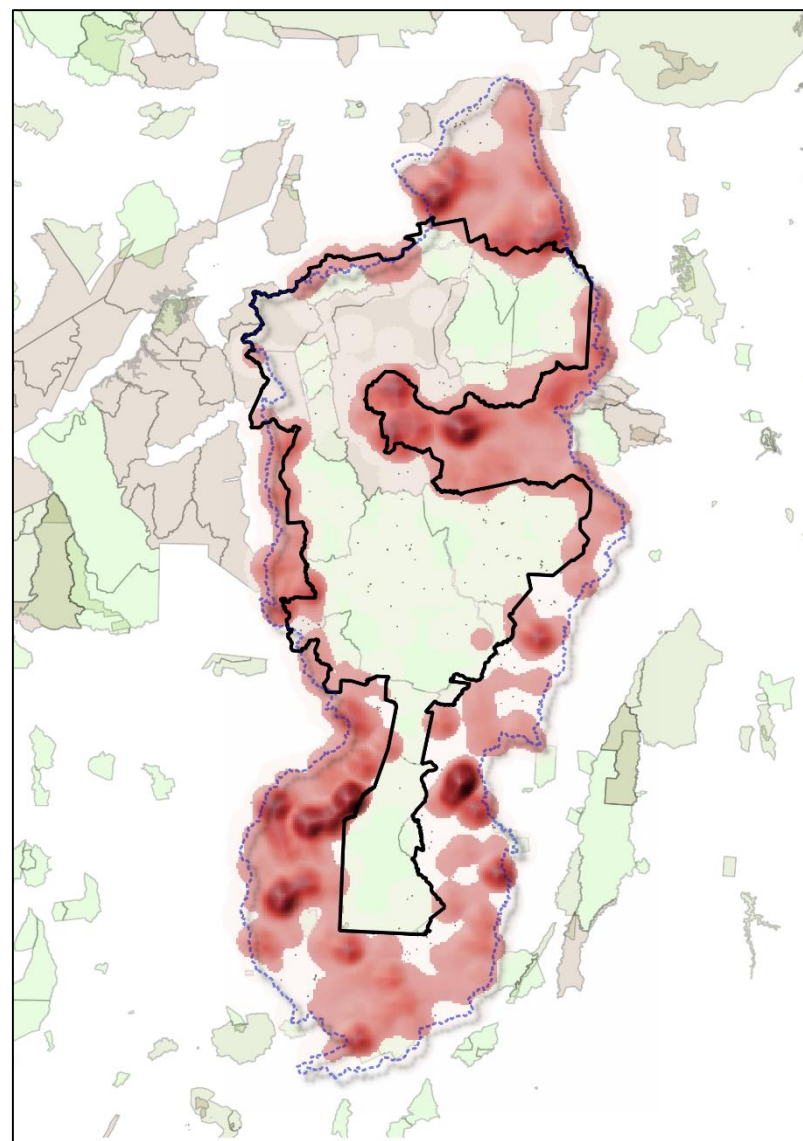


Desmatamento na bacia do Xingu

Dinâmica do Desmatamento na Bacia Xingu



Fonte: 2013 a 2016 (PRODES) 2017 (ISA)



Densidade de desmatamento 2017 na bacia do Xingu, mapeamento ISA 2017

Desmatamento por municípios





Metodologia

Quantificação de sinais de pressão:

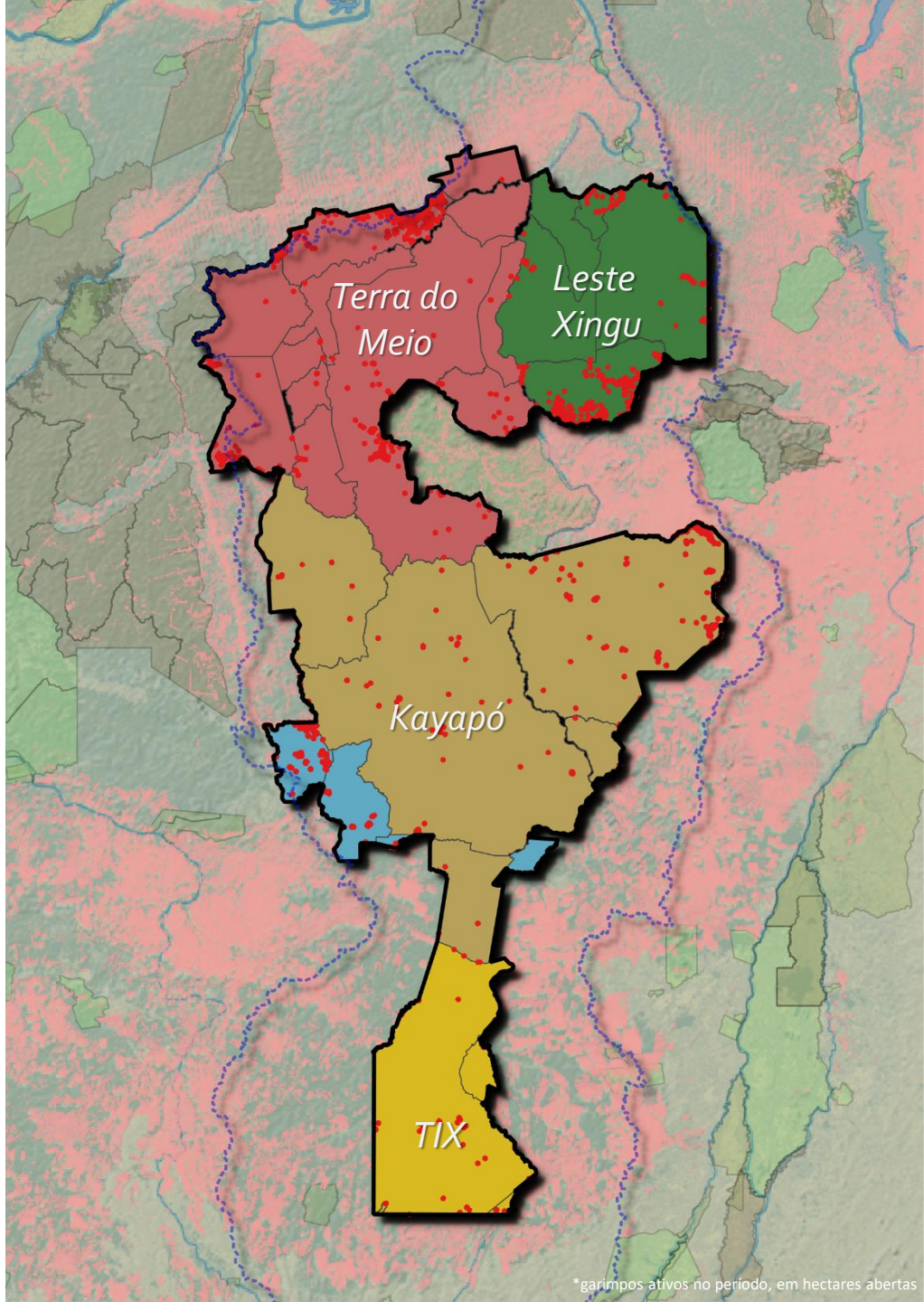
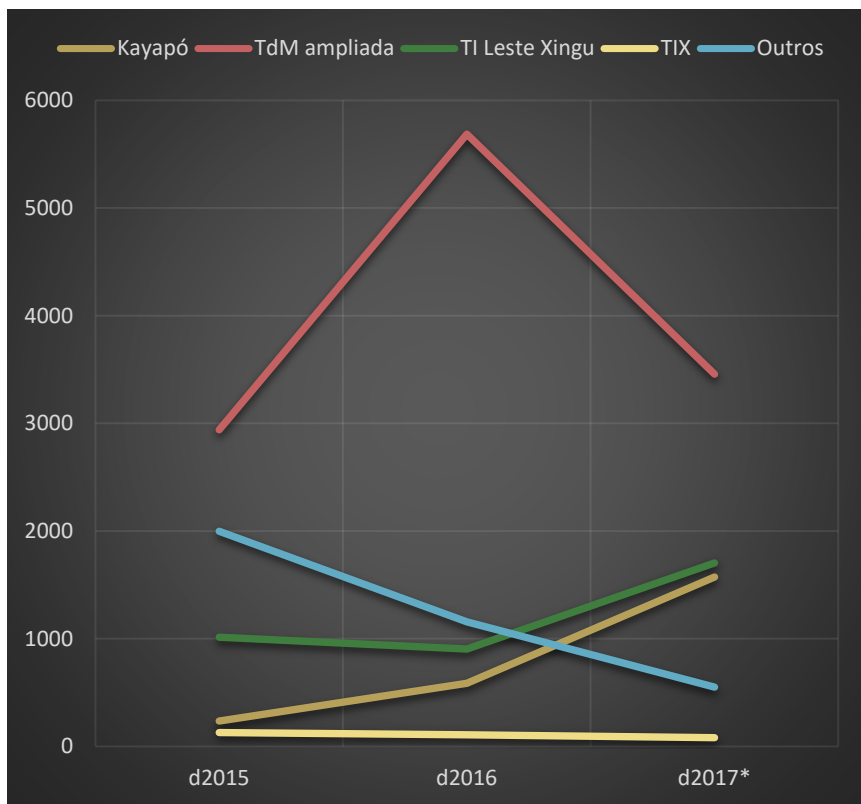
1. Desmatamento (hectares)
2. Estradas abertas ilegalmente (quilômetros)
3. Área afetada por garimpo ativo (hectares)
4. Focos de calor (número)
5. Balsas de garimpo ativas
6. Quantidade de CAR cobrindo o território (ha)

Ano de referência: 2015

Acompanhamento em 2016 e 2017

1. Desmatamento

Cômputo de hectares desmatadas por corte raso, por ano

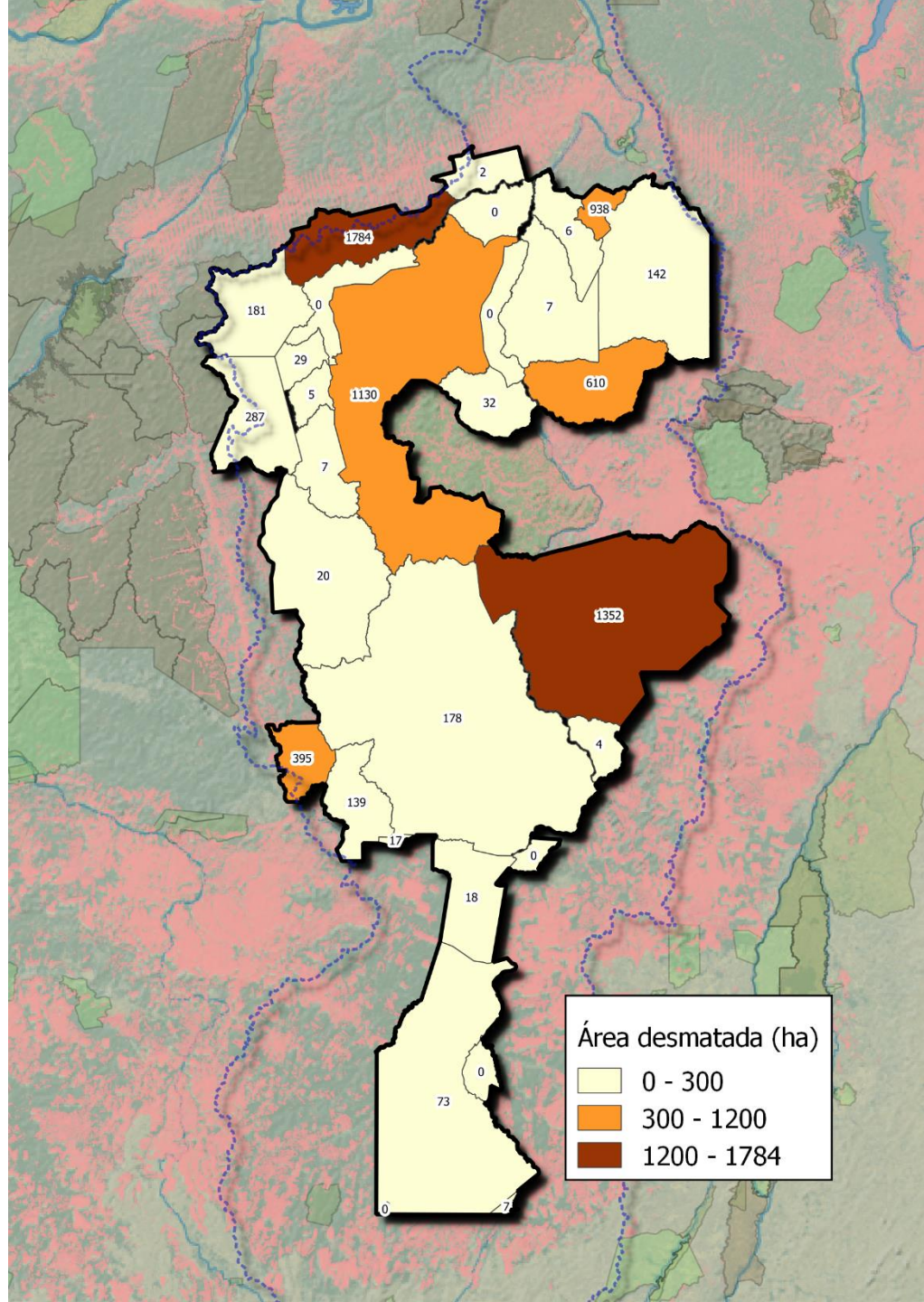


*garimpos ativos no período, em hectares abertas

1. Desmatamento

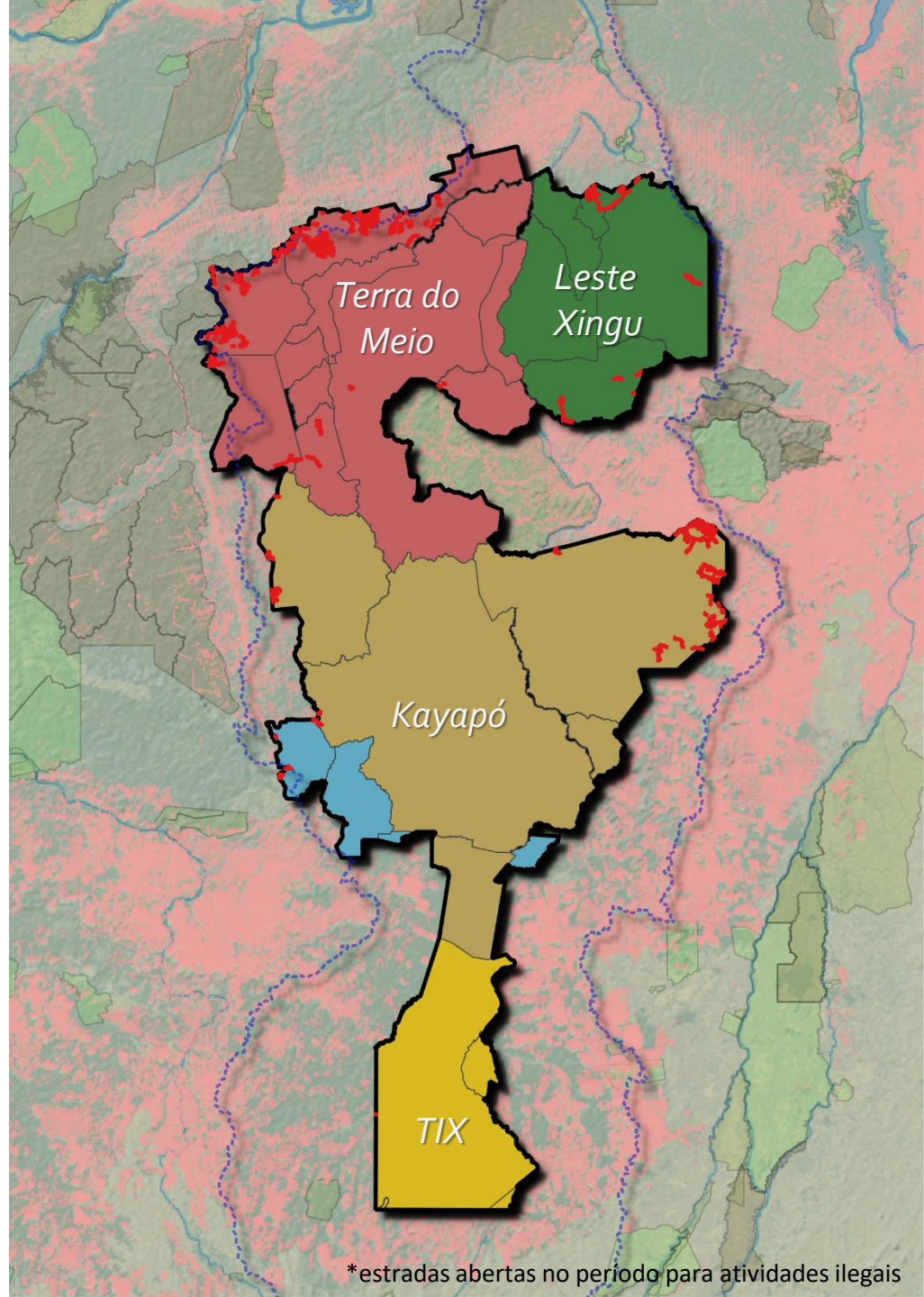
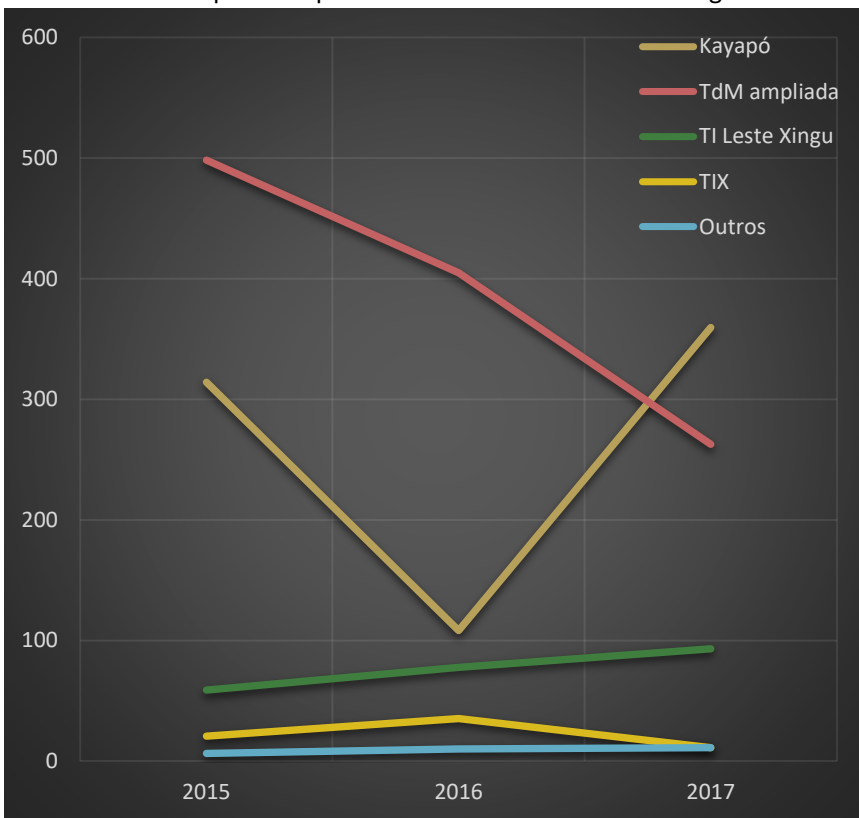
As 10 áreas protegidas que mais sofreram desmatamento:

Área protegida	Desmatamento estimado em 2017 (ha)	Total desmatado
TI Cachoeira Seca do Iriri	1784	6,38%
TI Kayapó	1352	0,49%
ESEC da Terra do Meio	1130	1,50%
TI Ituna/Itatá	938	1,04%
TI Apyterewa	610	9,33%
REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	395	9,62%
FLONA de Altamira	287	4,20%
RESEX Riozinho do Anfrísio	181	0,55%
TI Menkragnoti	178	0,08%
TI Trincheira/Bacajá	142	0,45%



2. Estradas ilegais

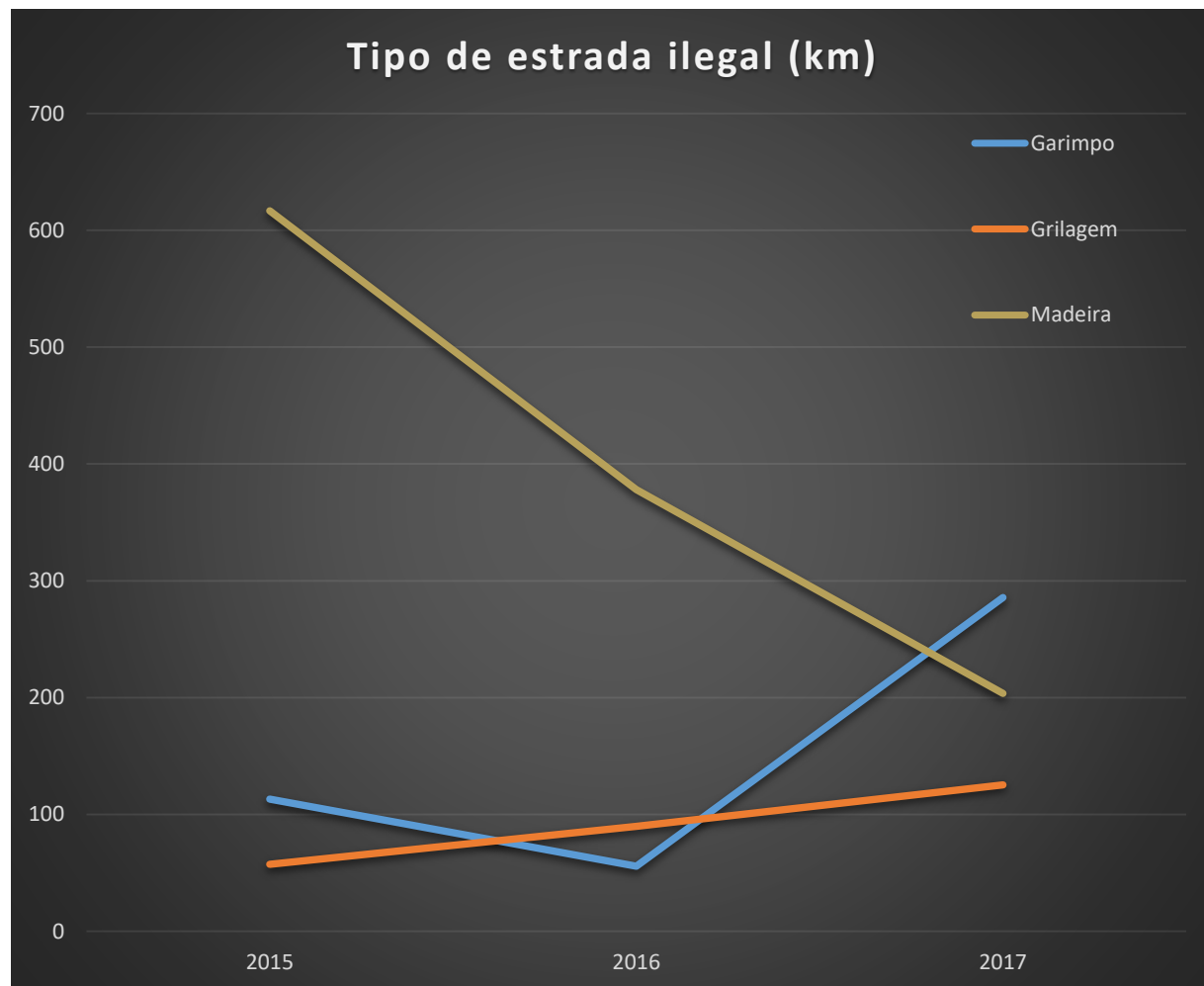
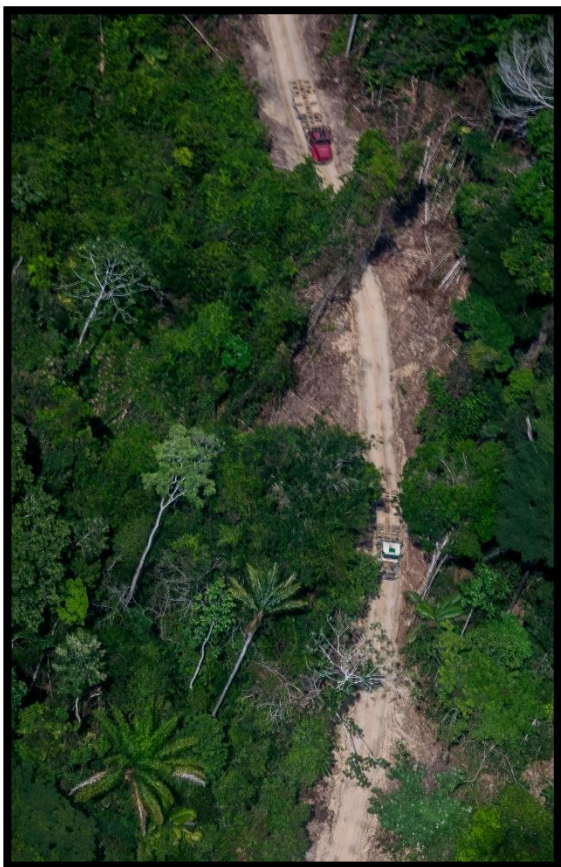
Cômputo de quilômetros abertos de estradas ilegais



*estradas abertas no período para atividades ilegais

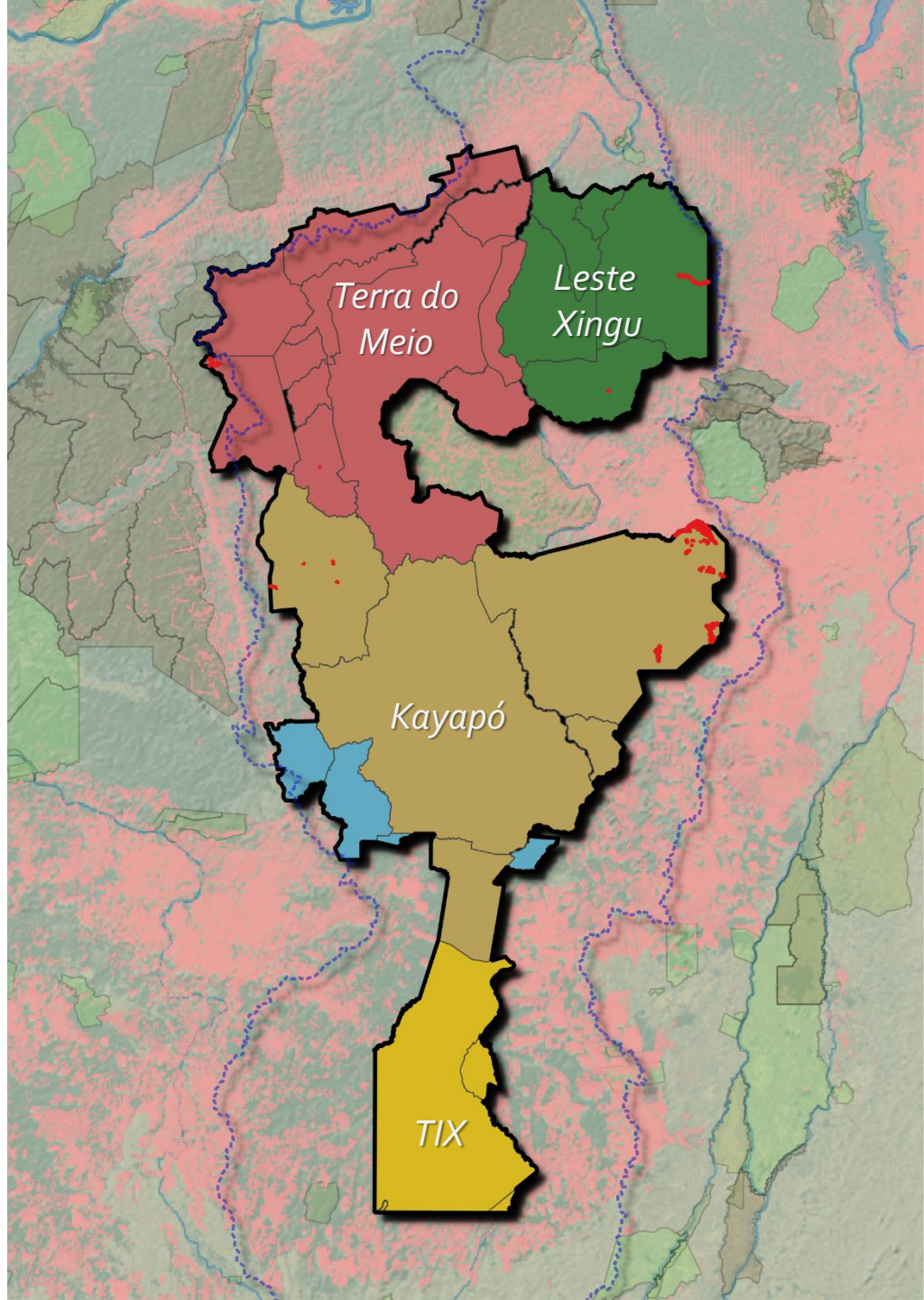
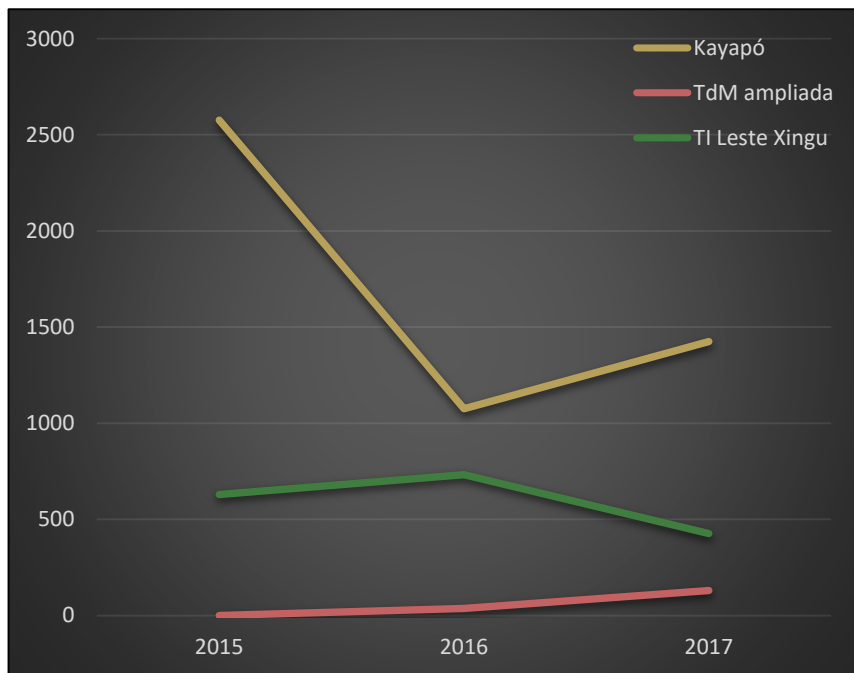


Tipos de estrada



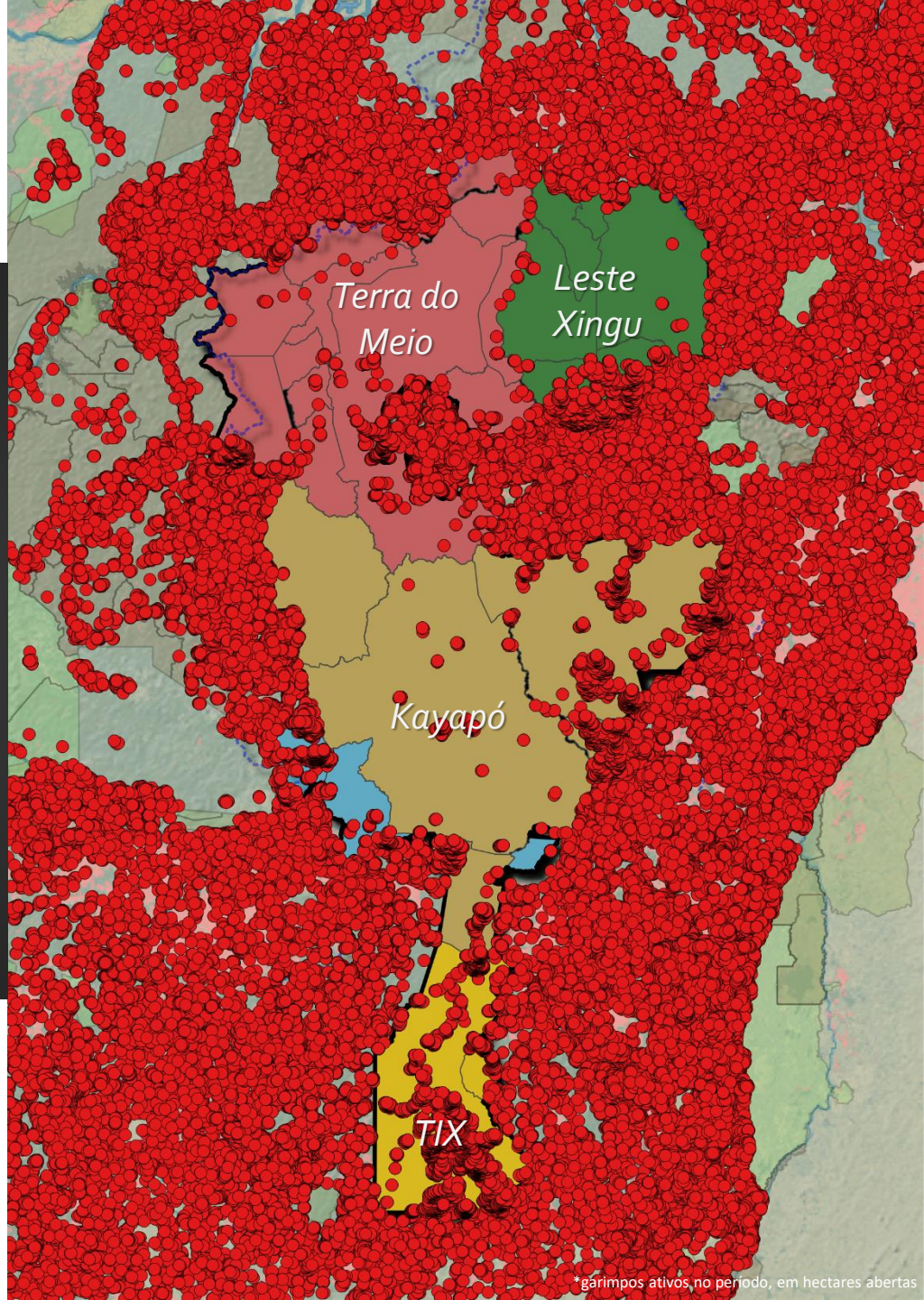
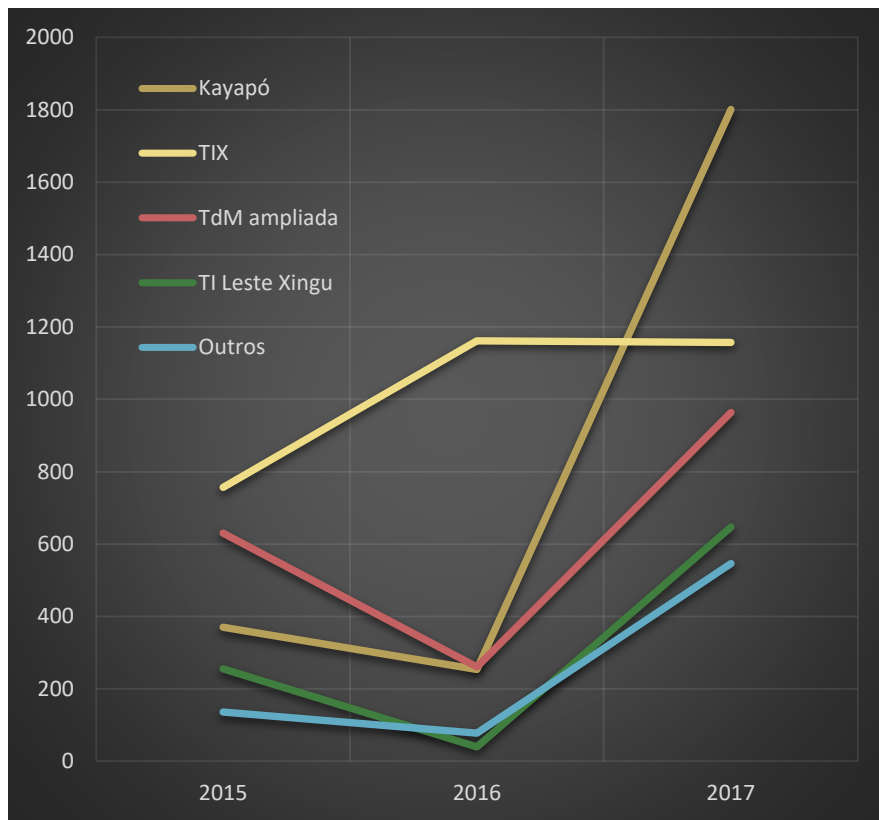
3. Garimpos ativos

Cômputo de hectares ocupadas por garimpos ativos, por ano



4. Focos de calor

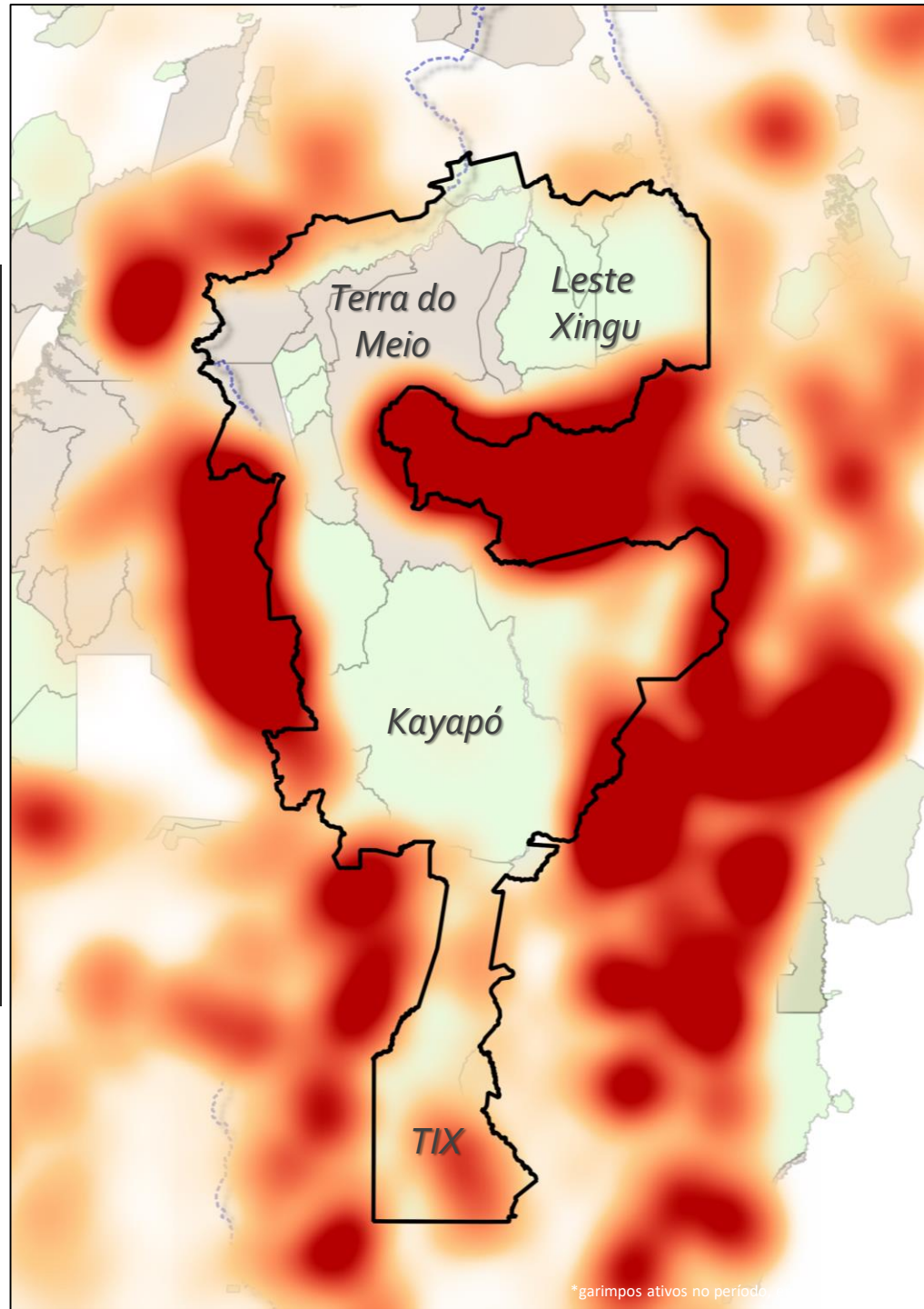
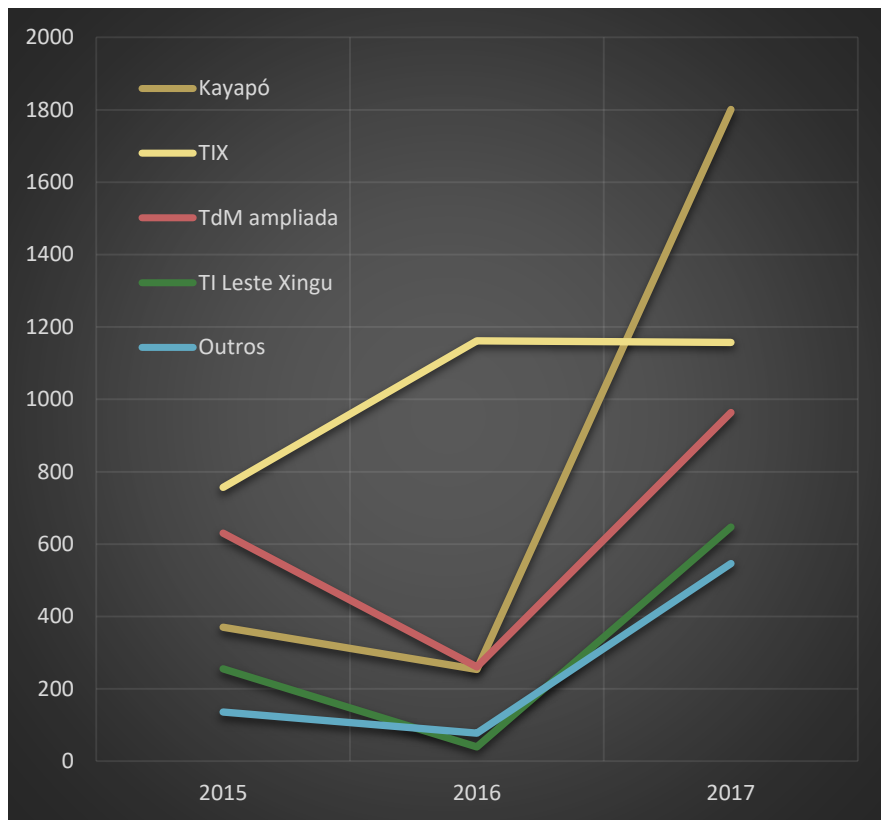
Cômputo de número de focos de calor detectados pelo satélite referência INPE, por ano.



*garimpos ativos no período, em hectares abertas

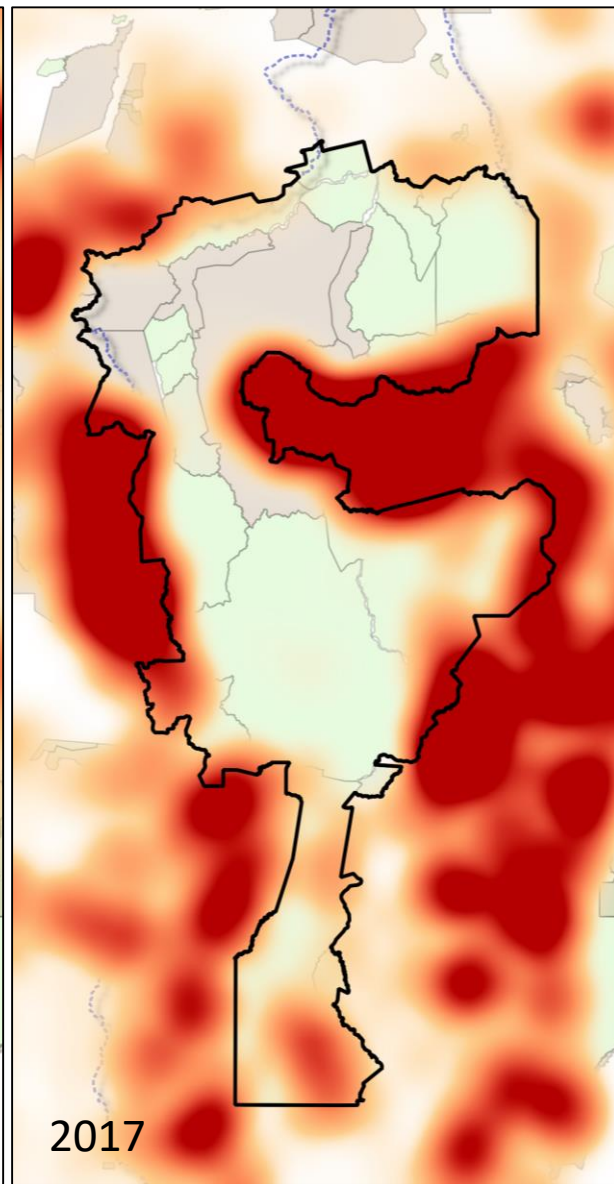
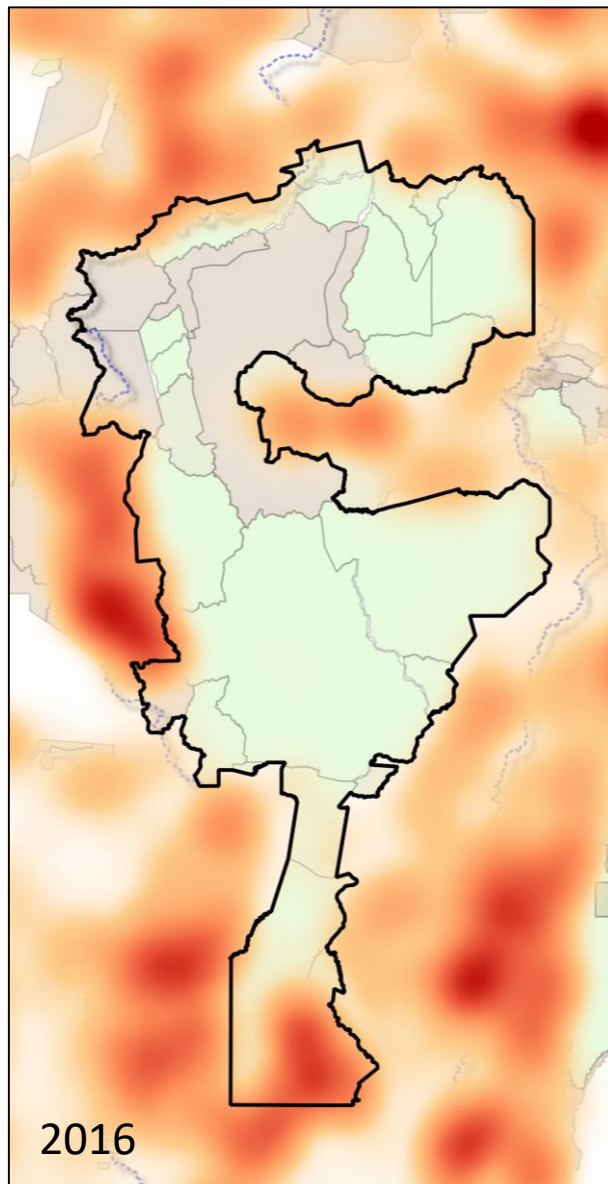
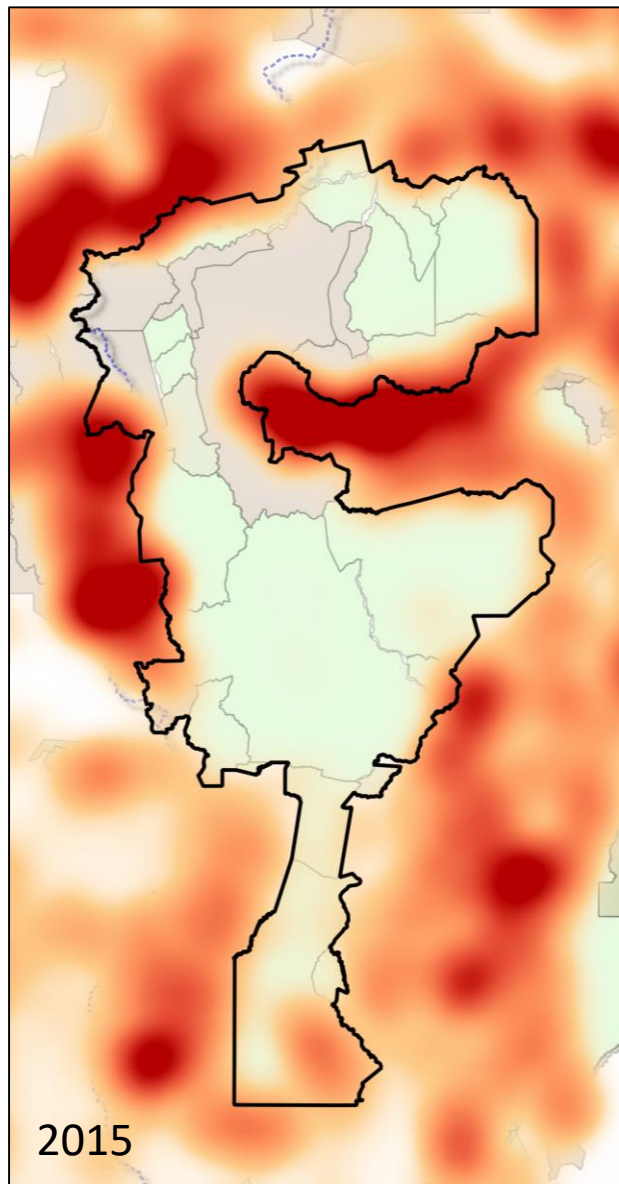
4. Focos de calor

Cômputo de número de focos de calor detectados pelo satélite referência INPE, por ano.

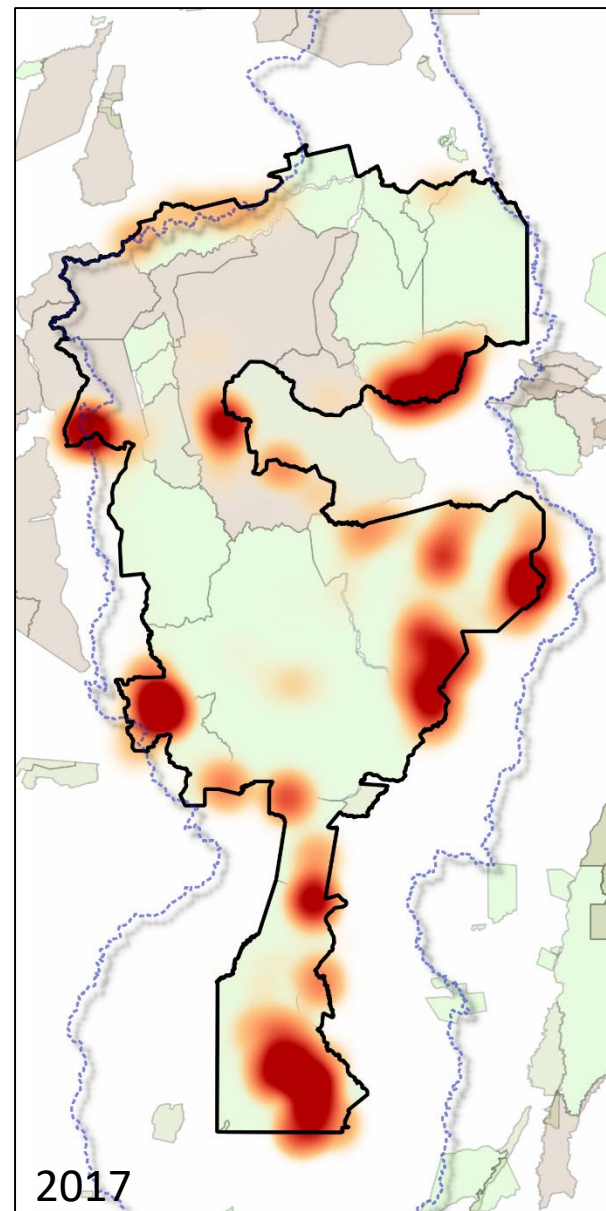
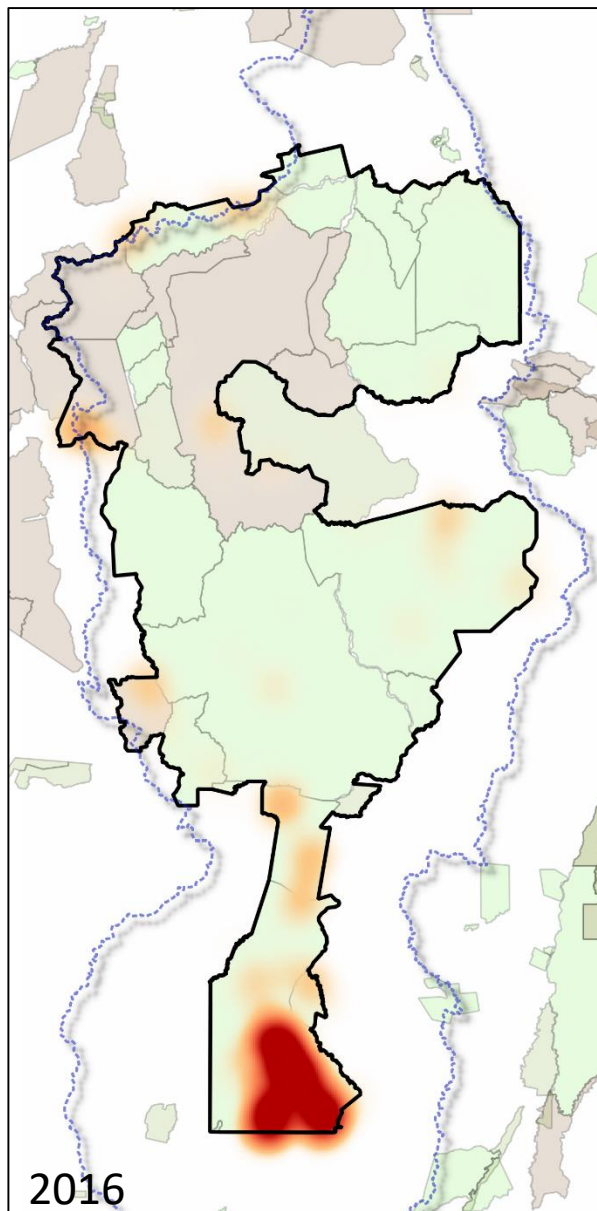
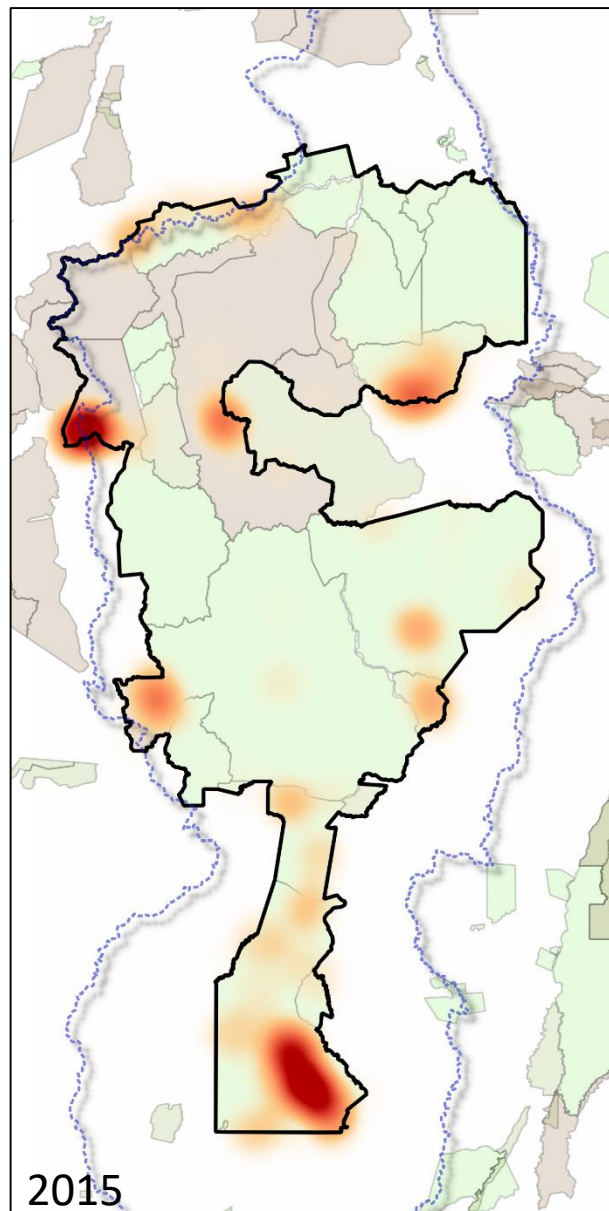


*garimpos ativos no período

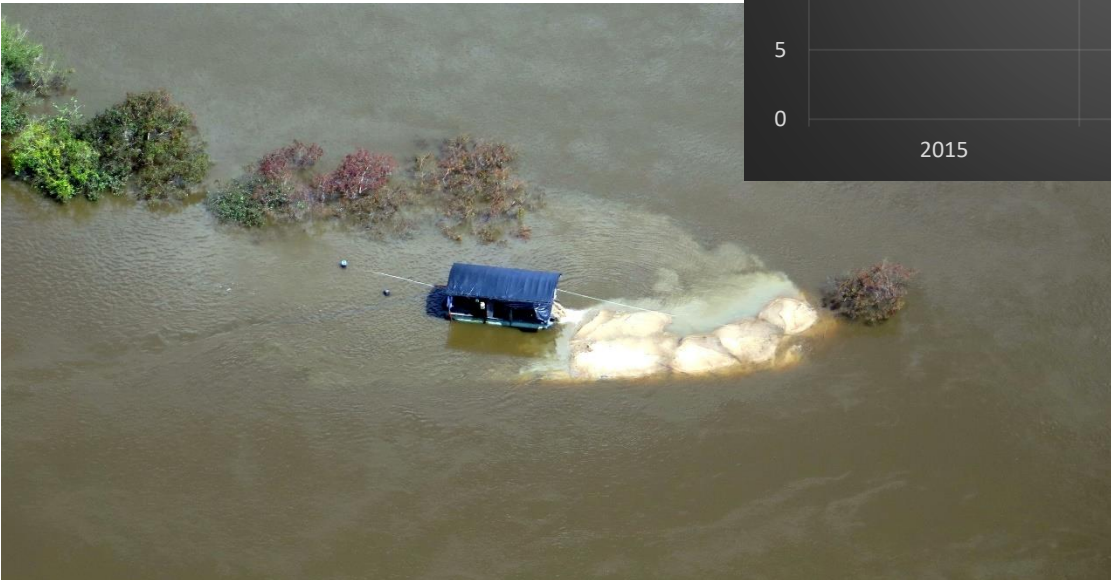
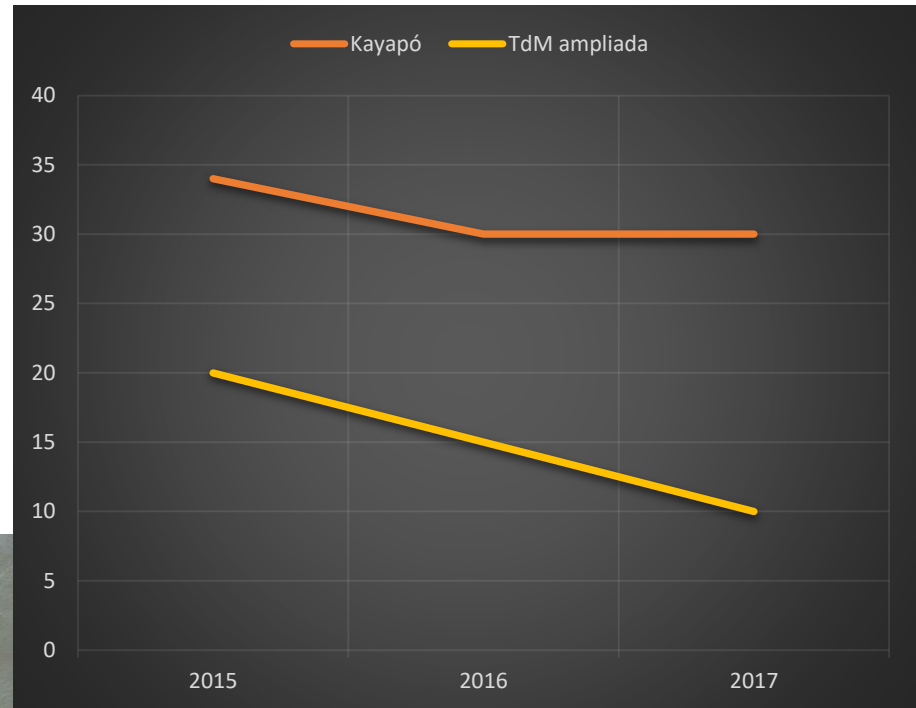
Evolução focos de calor 2015-2017



Evolução focos de calor 2015-2017 - Corredor



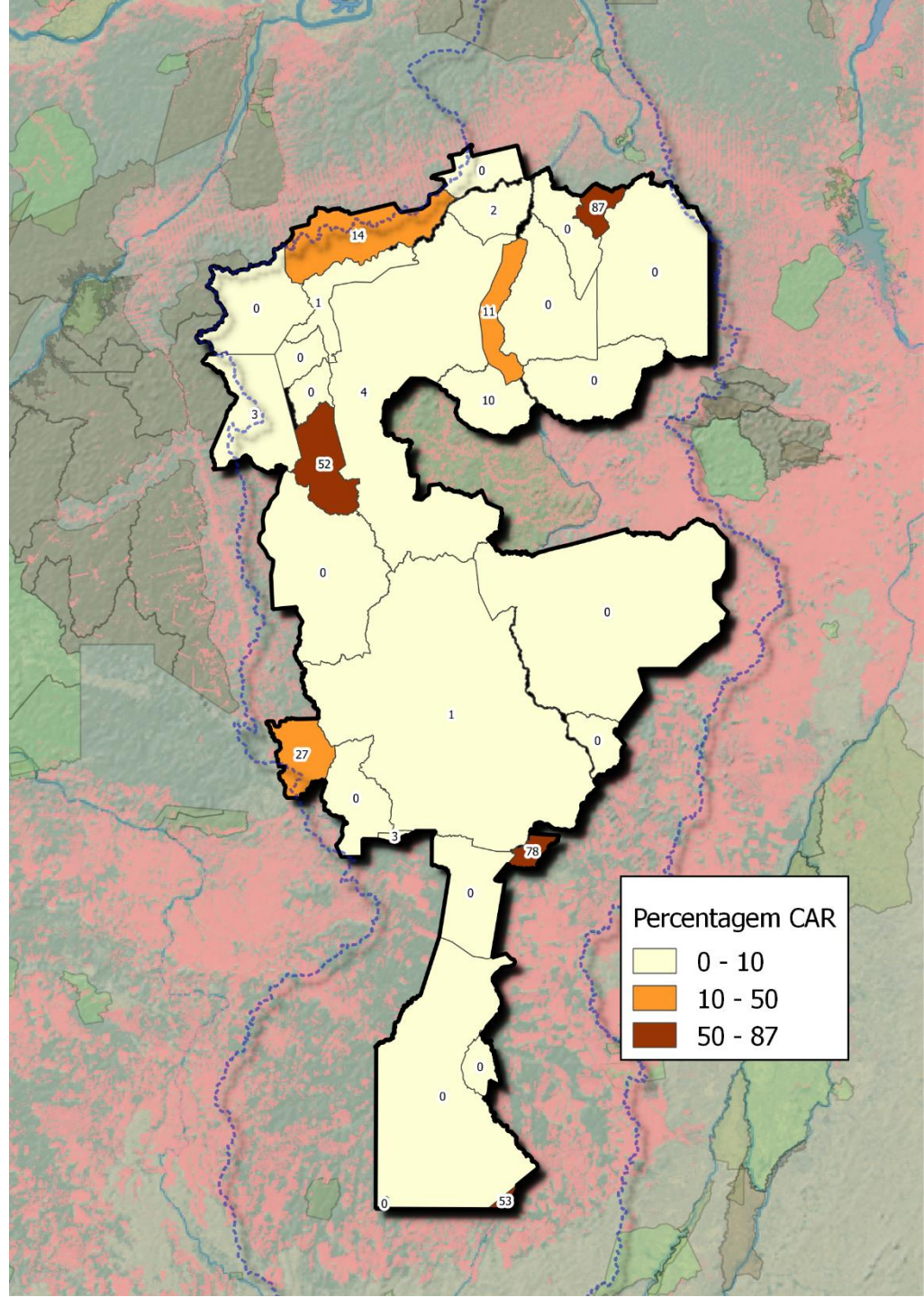
5. Balsas de garimpo



6. Fragilidade fundiária

As 10 áreas protegidas que mais possuem CAR privado sobreposto:

Área protegida	Total CAR	AREA TOTAL	PERC %
TI Ituna/Itatá	123.981	143.249	87%
PES do Xingu	74.770	96.290	78%
TI Pequizal do Naruvôtu	14.880	28.069	53%
FES do Iriri	228.401	441.965	52%
REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	83.421	305.490	27%
TI Cachoeira Seca do Iriri	102.198	738.601	14%
RESEX Rio Xingu	35.120	306.960	11%
PARNA da Serra do Pardo	43.993	448.135	10%
ESEC da Terra do Meio	136.940	3.386.226	4%
FLONA de Altamira	26.338	763.191	3%





Conclusões

- Garimpo como grande vetor de degradação ambiental e social no norte do corredor;
- A madeira ilegal continua pressionando áreas específicas (BR-163, Riozinho do Anfrísio, Kayapó Leste);
- Em 2017, o fogo aumentou em todas as regiões, exceto no TIX, que permanece estável;
- Aumento da pressão da grilagem sobre as áreas protegidas do corredor, associado a:
 - O aumento nos conflitos territoriais no entorno
 - A fragilidade fundiária de certas áreas protegidas.



Perspectivas

- Aumento da eficiência do monitoramento e do intercâmbio de informações com os órgãos de fiscalização;
- Retrocesso institucional agrava a pressão sobre as áreas protegidas;
- Nenhuma atividade legal compete economicamente com a extração ilegal de madeira e minério;
- A fiscalização em campo deve ser complementada com a repressão às cadeias de comercialização dos produtos ilegais;
- As mudanças climáticas tendem a agravar os cenários de degradação atuais.